

Orçamento recebe emendas

Parlamentares no último dia enviam 2.631 sugestões

Chico Mendonça

BRASÍLIA — O plenário da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional estava repleto. As bancadas foram tomadas por pilhas de papel e os funcionários, nervosos, previam que o trabalho se estenderia até a madrugada. Quem lotava o salão da comissão em pleno recesso branco não eram, no entanto, os parlamentares, mas seus contínuos e secretários. Enfrentando uma enorme fila, eles cuidavam de entregar, no último dia do prazo, as emendas dos deputados e senadores ao orçamento da União de 1990.

No final da tarde, o número de emendas chegava a 2.631, divididas, curiosamente, em preferenciais e não preferenciais. Por não preferenciais, entende-se aquelas que os parlamentares-autores consideram não prioritárias. Como espera-se um número elevadíssimo de emendas, não é difícil prever que as não preferenciais se prestarão apenas a dar satisfação aos eleitores. O campeão em número de emendas apresentadas foi, disparadamente, o deputado Vilson de Souza (PSDB-SC) — pelo menos até as 17h30. Os funcionários da comissão informaram que elas já ultrapassavam a casa das 900 emendas. Procurado em seu estado para explicar o grande número de propostas de alteração no orçamento, Souza não foi encontrado. Entre seus pares, a convicção era de que se tratavam de emendas alocando recursos para obras em sua região

eleitoral, como, aliás, se destina a imensa maioria das propostas.

Segundo relato de parlamentares que integram a comissão, a grande fonte em que os deputados e senadores foram procurar recursos para suas emendas foi os ministérios militares. Há duas semanas, o relator do orçamento, deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), reuniu-se com representantes destes ministérios para avisá-los que mexeria em suas verbas para atender outros setores, principalmente os ministérios dos Transportes, Minas e Energia, Agricultura e Interior. Os militares chegaram a esboçar reação, afirmando que ficariam irremediavelmente prejudicados vários investimentos considerados prioritários, como o do avião AMX.

O líder do governo na Câmara, deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS), chegou a ser procurado, mas, segundo ele, não se meteu na briga. Aconselhou aos assessores que procurassem os parlamentares, um a um, para convencê-los da importância dos projetos. "Não vou me meter em questões menores. Há coisas mais importantes que estão me preocupando", afirmou Ponte. Tinoco efetivou em seu relatório preliminar, que começa a ser votado hoje, um corte de NCz\$ 350 milhões no orçamento dos ministérios militares. Dos NCz\$ 2,9 bilhões alocados para a Aeronáutica, o relator cortou NCz\$ 150 milhões. Do Exército foram subtraídos NCz\$ 100 milhões, da Marinha outros NCz\$ 80 milhões e do Estado Maior das Forças Armadas foram suprimidos mais NCz\$ 20 milhões. Os deputados e senadores utilizaram o mapeamento elaborado por Tinoco para buscar os recursos para suas emendas.